

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39747	52715/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DCF - DCR [ENTRADAS]		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Considerando que:

- a) Nos termos da alínea f) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, constitui receita dos municípios o produto da participação nos recursos públicos, determinada nos termos dos artigos 25.º e seguintes da mesma Lei, sendo esta uma importante fonte de financiamento para a prossecução das atribuições e competências municipais;
- b) De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º e o n.º 1 do artigo 26.º da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5%, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS;
- c) Esta participação, que contribui para reforçar a autonomia financeira do município e apoiar investimentos e serviços essenciais à população, depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada eletronicamente à Autoridade Tributária até 31 de dezembro do ano anterior ao dos rendimentos;
- d) Nos últimos anos, o Município tem vindo a encetar uma política de redução gradual desta taxa, procurando conciliar a necessidade de financiamento com a diminuição da carga fiscal sobre os municípios.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

Propõe-se, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal delibere:

Submeter à aprovação da Assembleia Municipal a fixação da percentagem de 3,00% relativa à participação variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), para vigorar no ano de 2026.



DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

